

*Lugares de Kehinde – Uma leitura dos territórios e deslocamentos de uma personagem
diaspórica*

Luana Cruz¹

O ser em diáspora é deslocado por essência. O processo de separação forçada de seu lugar de origem desencadeia uma série de mudanças no modo de percepção e de relação desse indivíduo com seu lugar de origem e seu lugar de destino. Assim não é de se surpreender que as questões referentes ao pertencimento, à identidade e tudo o que envolve esses conceitos sejam proeminentes nesses indivíduos. Pensar a diáspora corresponde a uma gama de significações e processos complexos que perpassam as várias áreas de conhecimento.

Na literatura, sobretudo na brasileira, isso não é diferente. A diáspora tem sido um tópico recorrente nas manifestações literárias brasileiras contemporâneas. O destaque que autores negros conquistaram nos últimos anos colocaram no centro do debate crítico literário o ser em diáspora. É em meio a essa profusão de novos autores e novas perspectivas que o romance *Um defeito de cor* de Ana Maria Gonçalves surge na literatura brasileira contemporânea.

Publicado em 2006, a narrativa desse romance gira em torno do relato de uma mulher que foi escravizada recontando sua trajetória de vida. O romance de Gonçalves é organizado em forma de um diálogo fictício entre a narradora e seu filho perdido. A protagonista é uma versão ficcionalizada de Luísa Mahin, uma ativista política cuja biografia é pouco documentada, mas que supostamente seria a mãe do escritor e advogado abolicionista, Luiz Gama.

Os territórios de Kehinde

É na busca por esse filho que Kehinde empreende seus deslocamentos pelo Brasil. Ela vai ao Rio de Janeiro e a São Paulo seguindo pistas sobre o paradeiro da criança. Partindo desses deslocamentos somos levados a conhecer outras cidades coloniais com configurações distintas das de Salvador. Cidades marcadas pela imbricação de diferentes signos sociais e culturais.

No Rio de Janeiro, por exemplo, nota-se a influência da cultura francesa naquela sociedade quando a narradora passa pelas ruas do centro e observa as vitrines das boutiques ou quando passa por uma livraria e entra em contato com textos em francês. Nota-se também

¹ Discente do PPGCL/UFRJ.

manifestações culturais típicas dos escravizados como a capoeira. Já em São Paulo, somos apresentados aos tropeiros que dão uma carona a Kehinde até a capital.

Todos esses deslocamentos evidenciam a pluralidade cultural sob qual o Brasil se constituiu e como o signo escravidão permeia todas as relações entre os diferentes estratos sociais. O colonialismo e todas as suas implicações são os pilares da construção da sociedade brasileira. É por meio das relações coloniais de poder que a nação brasileira é forjada erroneamente como paraíso da harmonia entre os povos. *Um defeito de cor* com sua narradora singular causa uma fratura nessa concepção de nação.

Pensar a nação é um dos movimentos empreendidos por Bhabha em *O local da cultura*. A nação é vista a partir do processo de construção social e textual. Sob esse ângulo, o teórico afirma que a nação se constrói como estratégia narrativa num processo de ambivalência entre duas temporalidades: uma pedagógica e outra performativa. A primeira diz respeito ao processo histórico já existente e a segunda diz respeito ao processo de repetição no presente dessa narrativa. Sobre a questão da nação como narração, Bhabha (1998, p. 207) afirma:

Na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de *escrever a nação*. (grifo do autor)

A cisão entre as temporalidades provoca um processo de identificação do povo, e em consequência do sujeito nacional. O povo é o conceito que está na base do que Bhabha chama de “formação simbólica nacional”. Entretanto, é preciso notar que o povo não é homogêneo e apresenta contradições e disputas em seu interior. Assim, o povo, elemento crucial na narrativa nacional “representa o tênue limite entre os poderes totalizadores do social como comunidade homogênea, consensual, e as forças que significam a interpelação mais específica a interesses contenciosos, desiguais, no interior de uma população. (BHABHA, 1998, p. 207)

As disputas dentro desse povo produzem textos nacionais variados. Um dos exemplos mencionados por Bhabha (1998, p. 205) é o chamado “texto ‘nacional’ negro” cuja base está em diferentes mecanismos como: hibridismo, deformação, disfarce e invenção. No caso de *Um defeito de cor*, essas estratégias permitem que a protagonista sobreviva, circule e, em certa medida, ascenda socialmente dentro daquele sistema. Sobre essa questão Bhabha (1998, p. 206) afirma:

Não só o gentil-homem mas também o escravo, com diferentes recursos culturais e com objetivos históricos muito diversos, demonstram que as forças da autoridade social e da subversão ou subalternidade podem emergir em estratégias de significação deslocadas, até mesmo descentradas.

Dentro da estrutura colonial, Kehinde parte de seu lugar de subalternidade para escrever e ao fazê-lo também reescreve essa nação, promovendo assim uma fissura no discurso colonial. Isso nos é apresentado na narrativa por meio da reformulação desse período histórico nacional tendo como base a posição de uma mulher escravizada como narradora. Dessa forma, é nesse cenário de disputa narrativa e de ambivalência que os elementos da cultura nacional são reavaliados.

Ao narrar sua trajetória, Kehinde empreende o que Bhabha (1998, p.211) chama de “contra-narrativa da nação”, isto é, um tipo de narração que causa uma fratura no caráter totalizador da nação, rejeitando as “identidades essencialistas”. É desse entre-lugar, desse “espaço intermediário” que Kehinde fala. É a partir dele que novas nuances culturais serão aprendidas e outras serão revisitadas formando uma amálgama cultural diferenciada que tem em Kehinde sua principal representante.

Dentro dessa perspectiva, a narrativa desenvolvida em *Um defeito de cor* nos leva a um processo de reexame da memória nacional partindo de um lugar marginal, de uma subalternidade que constrói narrativas diferenciadas desafiando a chamada “sintaxe do esquecer”. É essa sintaxe que predomina no discurso nacional, e, em consequência, a compreensão de que há homogeneidade e unidade dentro da nação.

Dentro desse panorama, a diferença cultural é um dado essencial para entender as dinâmicas estabelecidas dentro da comunidade nacional. É por meio dela que os discursos das minorias conseguem estabelecer uma posição de revisão dos saberes estabelecidos a partir da posição de subalternidade. Além disso, expõe e confronta as contradições do discurso nacional ao:

rearticular a soma do conhecimento a partir da perspectiva da posição de significação da minoria, que resiste à totalização – a repetição que não retornará como o mesmo, o menos-na-origem que resulta em estratégias políticas e discursivas nas quais acrescentar não soma, mas serve para perturbar o cálculo de poder e saber, produzindo outros espaços de significação subalterna.²

A construção de outros espaços é um arranjo cultural típico da diáspora, as ressignificações, as estratégias de sobrevivências e as formas de reelaborar as culturas de origem. É dessa maneira que os indivíduos em diáspora existem, nesse espaço de disputas, de interseções e de deslocamentos.

Partindo dos deslocamentos de Kehinde, é possível traçar um panorama de como a personagem se relaciona com a noção de território dentro da narrativa. Um território possui complexidades pois congrega noções de tempo e espaço diversos. Nessa perspectiva a

² Bhabha, 1998, p. 228.

concepção de território carrega em si as relações de dominação e apropriação, sendo a última mais simbólica e a primeira mais concreta. (HAESBAERT, 2007, p. 21).

Os territórios têm uma dimensão simbólica e funcional pois são sustentados por duas funções básicas: a realização de funções e a produção de significados. Para os subalternizados perder o território é desaparecer. Dessa maneira, há um cruzamento entre território e identidade.

Nesse sentido, é importante mencionar as considerações de Thomaz (2015, p. 25) sobre a questão da multiterritorialidade dentro do romance de Ana Maria Gonçalves. Tendo como base o conceito do geógrafo Haesbaert, Thomaz (2015, p. 25) discorre acerca dos processos de territorialização e reterritorialização, isto é, procedimentos de construção e reconstrução de territórios simbólicos e materiais. Para Haesbaert (p.20), o conceito de multiterritorialidade é um processo complexo constituído a partir do movimento. Assim, é possível perceber que Kehinde com seus deslocamentos dentro do romance constrói múltiplos territórios, que são frutos de sua experiência enquanto ser em diáspora.

Dentre os processos de territorialização de Kehinde pode-se destacar o momento em que a protagonista decide resgatar os laços com sua espiritualidade numa tentativa de reconstruir esse território simbólico do qual foi privada por conta da separação de seu lugar de origem:

Somente quando pisei naquele terreno foi que compreendi o que significava estar ali, um lugar tão perto, mas, ao mesmo tempo, tão longe de casa. Até por serem lugares parecidos, eu estava com a sensação de ter andado por uma rua da Bahia e, de repente, ter encontrado um atalho para a África. O lugar não tinha nada de Savalu ou mesmo de Uidá, mas ali estava uma pessoa que tinha convívio com a minha avó, com seus voduns e suas crenças, e que possivelmente também tinha conhecido a minha mãe. Percebi como tinha me afastado disso tudo, como parecia distante o dia em que eu tivera uma família ou mesmo um lugar que pudesse dizer que era meu, a minha gente na minha terra.³

O meu ritual de iniciação foi um dos momentos mais felizes que já vivi, quando finalmente pude receber meu vodum, que me disse coisas lindas por intermédio de uma das **hunjaís** da Roça. À noite, sonhei com a minha avó e a minha mãe, quando ainda tive notícia de que a Esméria e o Sebastião estavam felizes.⁴

Resgatar esse território simbólico é parte do processo de formação cultural de Kehinde na diáspora, e, esse é um ponto importante de interseção entre os dois territórios: o concreto e o simbólico. Nota-se, portanto, que o processo de formação cultural da protagonista é múltiplo e está em constante transformação como afirma Hall (2013, p. 49):

[...] a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o

³ *Um defeito de cor*, p. 595.

⁴ *Um defeito de cor*, p. 629.

que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.

Kehinde é também produtora de sua cultura, uma vez que sua reconexão com sua espiritualidade e sua ancestralidade se dá num local diferente. Há um reordenamento, uma reprogramação desses códigos culturais num processo contínuo tensionado de mudança e tradição. Desse modo, a protagonista produz uma cultura essencialmente diaspórica, híbrida e ambivalente.

Enquanto sujeito diaspórico, Kehinde trazendo suas memórias, vivenciando novas experiências nesse território e construindo novos caminhos, materializa em sua narrativa um dos princípios básicos da vida em diáspora: a encruzilhada. De acordo com Simas e Rufino (2018, p. 11), é esse o elemento fundante da cultura diaspórica. A encruzilhada é o ponto de confluência de diversos processos de construção e reconstrução material e simbólica. Dessa maneira, é nela que as mais variadas formas de existir se encontram e realizam:

Por ela atravessaram sabedorias de outras terras que vieram imantadas nos corpos suportes de memórias e de experiências múltiplas que lançadas na via do não retorno, da desterritorialização e do despedaçamento cognitivo e identitário, reconstruíram-se no próprio curso, no transe, reinventando a si e o mundo.⁵

Sobre desterritorialização da personagem, Thomaz (2015, p. 11) destaca que embora haja um processo de desterritorialização geográfica há também um processo de territorialização simbólica por conta de seus deslocamentos em busca da reconexão com sua espiritualidade materializados pela ida ao Maranhão à procura do culto da Casa das Minas e na sua formação no culto do candomblé na Bahia. Decorre desses movimentos, a chamada multiterritorialidade da protagonista.

Nesse sentido, Simas & Rufino (2018, p. 12) relacionam a diáspora africana ao princípio de transformação representado por Elegbara, aquele que “engole de um jeito, devolve de outro”. Assim, aqueles que foram trazidos forçadamente construíram uma nova forma de viver em outro território a partir de suas próprias referências, o que se formou foi uma espécie de entrelaçamento de diferentes materiais simbólicos que tem na encruzilhada seu lugar de realização.

Dentro dessa perspectiva, Kehinde com sua trajetória de idas e vindas, de estratégias de sobrevivência e dos esforços para resgatar laços com sua ancestralidade produz um novo tipo

⁵ SIMAS & RUFINO, p. 11.

de conhecimento, uma nova pedagogia pois “a rua e o mercado são caminhos formativos onde se tecem aprendizagens nas múltiplas formas de trocas”. Seu processo de formação abre novas possibilidades de existência para essa personagem diaspórica. É um recurso que, a partir da escassez, produz abundância epistemológica, subverte e tensiona o tecido colonial. (SIMAS & RUFINO, 2018, p. 13)

A diáspora africana, observa Rufino (2019, p. 117), é construída a partir de múltiplos processos que resultam na chamada “dobra da linguagem”, isto é, numa multiplicidade de saberes e práticas que são responsáveis pela sobrevivência desses povos. Assim, a “dobra da linguagem” é definida por Rufino (2019, p.117) como “a capacidade de ser leitor e escritor em múltiplas textualidades”. É a capacidade de explorar as possibilidades dentro de sistemas hostis, usar a perspicácia para transgredir.

É isso que Kehinde faz ao se utilizar de subterfúgios para transitar pela sociedade colonial, para sobreviver às variadas formas de violência. Desse modo, sua narração revela um leque de possibilidades de entendimento daquele período. A partir do olhar de Kehinde, há um retrato multifacetado de pessoas negras, sobretudo mulheres, dentro do estado colonial. Sobre essa questão Rufino (2019, p. 116):

O Novo Mundo é uma amarração, um dizer com múltiplos entenderes. Haverá aqueles que o lerão pela via da tragédia, haverá aqueles que o lerão pela via da inventividade, e haverá ainda aqueles que o lerão de forma traçada, pela via cruzo. É exatamente aí que mora o temor daqueles que nos catequizaram no medo, pois no cruzo que surgem as possibilidades de encanto

É assim pelo cruzo, pela transgressão que Kehinde se consolida como uma narradora da literatura brasileira. É a partir da multiplicidade que ela se coloca no mundo realizando suas leituras e vivências, ao “dobrar a linguagem” a mulher escravizada vai construindo e reconstruindo seus saberes num processo contínuo. É nisso que consiste a diáspora: “um enredamento de múltiplas encruzilhadas” (RUFINO, 2019)

Outro importante ponto a se destacar na narração de Kehinde, é o momento em a protagonista volta ao continente africano. Com o crescimento das tensões e das hostilidades em relação aos africanos livres no Brasil, sobretudo após a revolta dos Malês, Kehinde decide voltar a seu continente de origem. Quando desembarca no continente africano, é evidente o desapontamento da narradora em relação à sua terra natal “Depois daquela conversa, fiquei imaginando se a África era realmente um bom lugar ou se apenas as minhas lembranças eram boas. Foram tais pensamentos que me levaram aos sonhos, que, por sua vez, me levaram de

volta à África. (GONÇALVES, 2006, p. 727). “Aos poucos fui conhecendo Uidá e ficando com mais e mais saudades da Bahia e de São Sebastião” (GONÇALVES, 2006, p. 756).

Essa não era a África que ela tinha em mente. O lugar em que viveu com sua mãe, seus irmãos e sua avó. Esse lugar era desorganizado e sujo. E as pessoas não sabiam se portar adequadamente. Aqui, o momento de reconexão com sua terra vira um momento de identificação ainda maior com o Brasil, mais especificamente com a Bahia. Assim, há uma espécie de processo de repulsa da identidade africana e um estreitamento de laços com tudo o que diz respeito ao Brasil, inclusive as festas em homenagens aos santos católicos.

Se em grande parte da narrativa há um desejo latente da protagonista em resgatar laços com sua cultura e sua terra. Nessa parte ocorre o oposto, a volta não sai como o imaginado e o contato com a realidade fortalece os vínculos da protagonista com o território diaspórico:

Os brasileiros faziam questão de conversar somente em português, e acho que isso acabava contribuindo para a fama de arrogantes, que aumentava a cada dia. Alguns já tinham construído casas que se pareciam o mais possível com as casas da Bahia, fazendo com que se destacassem muito das casas pobres, feias e velhas dos africanos. Eu também queria uma daquelas que eram o sonho de todo retornado e até de alguns africanos, embora eles não admitissem, por causa das rivalidades. Todos os retornados se achavam melhores e mais inteligentes que os africanos.⁶

Kehinde faz o processo inverso. Ao voltar ao seu território de origem sua identidade diaspórica se revela sobretudo em seu discurso marcado pela diferenciação entre os “retornados” e os “africanos”. Aqueles que retornaram já não eram mais vistos como africanos, eram outra coisa. No Brasil, não eram considerados brasileiros e tampouco eram considerados africanos em seu continente de origem. Essas pessoas estavam num não-lugar. Kehinde é a materialização do ser diaspórico por realizar em sua narrativa um percurso de formação cultural híbrido e ambivalente.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Uma ficção à procura de suas metáforas**. Suplemento Pernambuco, nº 132, fevereiro, 2017.

⁶ *Um defeito de cor*, p. 756.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** *GEOgraphia*, ano 9, n. 17, p. 19-43, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção.** Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **História da África e do Brasil afrodescendente.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SIMAS, Luiz Antônio & RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.